

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/6188	9245/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Pedido de Apoio Financeiro - Prorrogação do prazo - Suonart - Associação Cultural		
Unidade Administrativa		
DCT - DC [APOIOS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

N.º Processo: 44718/ 2025

Processo: Pedido de Apoio – Prorrogação ao contrato de dinamização cultural – Suonart Associação Cultural

I - Enquadramento

1. A **Suonart – Associação Cultural**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 173/2015, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1 /3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga, com o registo de entrada **2025-E-RE-4298**.

2. O pedido de apoio financeiro destinava-se à realização de uma atividade específica integrada no plano de atividades da entidade relativo ao ano de 2025, designadamente a iniciativa **"Música de Câmara Braga/ Braga Chamber Music – V edição"** tendo sido instruído com o respetivo plano de atividades da iniciativa e do plano de atividades da associação (2025-ERE-7945), e dos comprovativos de situação regularizada, relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.

3. O requerido apoio financeiro, foi submetido à consideração do Executivo Municipal e aprovado em reunião ordinária de **12.05.2025**, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga.



4. Na sequência da deliberação referida, foi celebrado em **27.05.2025**, um contrato de dinamização cultural no montante global de **40.000,00** euros com Suonart – Associação Cultural, pessoa coletiva n.º 513 482 504, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 262, 3.º, 4710914 Braga, apoio esse a ser pago em três prestações:

a) *Uma prestação inicial que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído;*

b) *Uma segunda prestação que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a entrega de um relatório parcial de execução física e financeira das atividades programadas até à data, e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura;*

c) *Uma terceira prestação que corresponderá a 20% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a apresentação de um relatório final de execução física e financeira das atividades e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura.*

5. O objeto do contrato celebrado, conforme o estipulado na Cláusula 1.ª, constituiu na atribuição de apoio financeiro para a realização do plano de atividades associado à iniciativa **“Música de Câmara Braga/Braga Chamber Music – V edição”**.

6. O valor de investimento total dos projetos e iniciativas associadas ao plano anual de atividades e objeto do apoio financeiro foi de **62.500,00** euros.

7. Nos termos do contrato de dinamização cultural celebrado, conforme o estipulado na alínea c), da cláusula n.º 4, “Apresentar os relatórios (parcial e final) com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos comprovativos da execução física e financeira, relatórios esses que são condição indispensável para efetuar os pagamentos pelo Primeiro Outorgante”.

8. Do cronograma de realização do plano anual de atividades submetido, (registo de entrada 2025-E-RE-7945) constavam 10 concertos de Música de Câmara, a realizar entre os meses de outubro e novembro de 2025, bem como a proposta detalhada do respetivo programa artístico, incluindo a encomenda de obra a um compositor bracarense, conforme constava no plano:

10 concertos de Música de Câmara*

- a. 1 de outubro às 19h
- b. 4 de outubro às 19h
- c. 11 de outubro às 19h
- d. 18 de outubro às 19h



- e. 25 de outubro às 19h
- f. 1 de novembro às 19h
- g. 8 de novembro às 19h
- h. 15 de novembro às 19h
- i. 22 de novembro às 19h
- j. 29 de novembro às 19h

(*) Encomenda de obra- Compositor Bracarense – Paulo Bastos

E proposta de programa artístico da iniciativa:

- 1. 1 de outubro - Recital de Violino e Piano (Julian Rachler). Obras a determinar.
- 2. 4 de outubro - Recital de Clarinete e Piano (Carlos Ferreira e Pedro Emanuel Pereira). Obras de C. Debussy, L. Ding, J. Horovitz
- 3. 11 de outubro - Quinteto de sopro (Quinteto Art`Ventus). Obras a determinar. (.) Encomenda de obra a Compositor Bracarense – Paulo Bastos
- 4. 18 de outubro - Recital de Voz, Clarinete, Piano e Violino (Joaquim Ribeiro, Inês Simões, Pedro Costa e Miguel Simões). Obras de R. Strauss.
- 5. 5 de outubro - Recital de Quarteto com piano (Isabel Vaz, Vasco Dantas, Lourenço Sampaio, Matilde Araújo). Obras de A. Dvorak.
- 6. 1 de novembro - Coro Gulbenkian e maestra Martina Bâtick. Obras de A. Schnittke.
- 7. 8 de novembro - Sexteto de Cordas (Pinchas Zukerman, Amanda Forthside, Toby Hoffman, Kyril Zlotnikov). Obras de J. Brahms.
- 8. 15 de novembro - Violoncelo e piano (Gary Hoffman e Jiyeong Mun). Obras a determinar.
- 9. 22 de novembro - Trio com piano (Dimitri Makhtin, Kyril Zlotnikov). Obras a determinar.
- 10. 29 de novembro - Camerata de Cordas da universidade do Minho.

II - Pedido de Prorrogação

9. Posteriormente, foi apresentado ao Município a necessidade de uma prorrogação do prazo de execução do contrato de dinamização cultural, através do requerimento com o registo de entrada **2025-E-RE-24264**.

10. A entidade beneficiária fundamentou o pedido de prorrogação nos seguintes termos:

«1. No plano de atividades aprovado para o referido contrato encontravam-se inicialmente agendados dois concertos para os dias 4 e 25 de outubro de 2025. 2. Por motivos de força maior, devidamente justificados pelos artistas envolvidos, a realização desses concertos tornou-se



inviável nas datas previstas. 3. Tendo em vista a preservação da qualidade artística e o cumprimento integral dos objetivos culturais do projeto, solicita-se a autorização para o reagendamento dessas apresentações para os dias 3 e 4 de março de 2026, mantendo-se inalterado o conteúdo artístico e financeiro do plano aprovado. 4. Esta alteração não implica qualquer aumento do apoio financeiro atribuído nem modificação das restantes condições contratuais. Nestes termos, e ao abrigo do disposto na Cláusula 9.ª (Força Maior) do contrato celebrado, requer-se a aprovação formal da alteração das datas acima referidas, com a devida atualização do plano de atividades anexo. Com os melhores cumprimentos, Braga, 20 de Outubro de 2025”».

11. Identificada a necessidade de uma prorrogação do contrato de dinamização cultural celebrado em 27 de maio de 2025 pela entidade, constata-se que a mesma consubstancia uma modificação objetiva do contrato, traduzida no alargamento do prazo de execução contratual, não afetando o respetivo objeto, natureza ou equilíbrio económico-financeiro.

12. Considerando que o objeto do contrato consiste na conceção, coordenação e execução de um programa artístico, cuja natureza exige continuidade temporal, coerência ao nível da curadoria e estabilidade da equipa artística e técnica, tais fatores são determinantes para garantir a qualidade da execução e e para a prossecução do interesse público.

13. Considerando o disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 311.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), que admite a modificação do contrato por acordo das partes, bem como nos artigos 312.º e seguintes do CCP, relativos à modificação objetiva dos contratos, e em especial ao abrigo do artigo 312.º, n.º 1, alínea c), que permite a modificação do contrato por razões de interesse público, justifica-se a prorrogação do prazo de execução do contrato de dinamização cultural em apreço, com vista a assegurar a sua boa execução.

14. Considerando ainda que a prorrogação do contrato se revela necessária, adequada e proporcional, designadamente porque:

a) A interrupção do contrato no prazo inicialmente previsto, conforme o estipulado na Cláusula 12.ª, que determina a sua vigência até 31 de dezembro de 2025, comprometeria a execução integral e articulada do programa artístico;

b) As referidas circunstâncias não podiam ser previstas à data da celebração do contrato, e que tornam a execução onerosa ou impossível dentro do prazo original;

c) Tendo em consideração a justificação reiterada pela entidade, nomeadamente para cumprimentos dos princípios inerentes à preservação da qualidade artística e o cumprimento integral dos objetivos definidos no projeto artístico;

d) A entidade declara que a alteração proposta não implica qualquer aumento do apoio financeiro atribuído, nem modificação do conteúdo artístico aprovado, mantendo-se inalteradas as restantes condições contratuais;

e) Permite assegurar uma conclusão plena das atividades culturais previstas, garantindo a realização das iniciativas artísticas planeadas, em condições de qualidade e segurança, sem prejuízo para o interesse público.

f) A continuidade do programa artístico corresponde a um interesse público relevante, na medida em que contribui para o acesso à cultura, para a valorização da criação artística e para a dinamização cultural do território, objetivos que se enquadram nas atribuições legais do município.



g) A necessidade de prorrogação decorre de circunstâncias objetivas e devidamente fundamentadas, não é imputável a deficiente planeamento do Município, e enquadra-se nos mecanismos legalmente admissíveis de modificação objetiva do contrato previstos no Código Contratos Públicos (CCP).

h) A modificação contratual limita-se ao prazo de execução, não alterando o objeto do contrato, a sua natureza, nem o respetivo equilíbrio económico-financeiro, respeitando os limites previstos no artigo 313.º do CCP.

i) A continuidade do programa artístico corresponde a um relevante interesse público, enquadrado nas atribuições da entidade adjudicante em matéria de promoção cultural, acesso à cultura e dinamização do território.

j) A prorrogação do prazo de execução do contrato, nos termos dos artigos 312.º a 315.º do CCP, configura uma medida legalmente admissível e devidamente fundamentada em razões de interesse público, indispensável para garantir a boa execução do programa artístico e a prossecução das finalidades públicas subjacentes que determinaram a sua celebração.

15. Considerando o Despacho 2026-1094 de emissão de parecer jurídico que se anexa.\

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Nos termos do artigo F-1/16.º do Código Regulamentar do Município de Braga, submete-se à validação superior a proposta de aditamento ao respetivo Contrato de Dinamização Cultural, a qual depende de prévia aprovação pelo Executivo Municipal.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PARECER JURÍDICO

Data: 19/01/2026

Nº Processo: 44718/2025

Assunto: Pedido de prorrogação do prazo de execução do Contrato de Dinamização Cultural - Suonart - Associação Cultural

I. QUESTÃO JURÍDICA

No dia 08/01/2026, o Departamento de Cultura e Turismo solicita a “*análise e parecer jurídico ao pedido de prorrogação do prazo de execução do contrato de dinamização cultural celebrado em 27 de maio de 2025, até 31 de março de 2026, com a Suonart - Associação Cultural, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 173/2015, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1 /3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, tendo por base a informação técnica que remeto em anexo.*”

II. ANÁLISE JURÍDICA

Tendo presente o enquadramento factual expandido na informação técnica prestada pela Divisão de Cultura, no dia 18/12/2025, a qual se dá, aqui, para os devidos efeitos por integralmente reproduzida, cumpre-nos informar o seguinte:

a) Na sequência do registo n.º 2025-E-RE-24264, a entidade «Suonart - Associação Cultural» apresentou um pedido de prorrogação do prazo de execução do Contrato de Dinamização Cultural, celebrado com o Município de Braga em 27/05/2025, com vigência até 31/12/2025;

b) A entidade identificada fundamentou o seu pedido indicando que:

- “1. No plano de atividades aprovado para o referido contrato encontravam-se inicialmente agendados dois concertos para os dias 4 e 25 de outubro de 2025.
2. Por motivos de força maior, devidamente justificados pelos artistas envolvidos, a realização desses concertos tornou-se inviável nas datas previstas.
3. Tendo em vista a preservação da qualidade artística e o cumprimento integral dos objetivos culturais do projeto, solicita-se a autorização para o reagendamento dessas apresentações para os dias 3 e 4 de março de 2026, mantendo-se inalterado o conteúdo artístico e financeiro do plano aprovado.



4. Esta alteração não implica qualquer aumento do apoio financeiro atribuído nem modificação das restantes condições contratuais. Nestes termos, e ao abrigo do disposto na Cláusula 9.ª (Força Maior) do contrato celebrado, requer-se a aprovação formal da alteração das datas acima referidas, com a devida atualização do plano de atividades anexo.”

- c) No Contrato de Dinamização Cultural celebrado, determina-se na Cláusula 9.ª, para as situações de **“Força Maior”**, que *não podem ser impostas penalidades ao Segundo Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigível contornar ou evitar.*
- d) Conforme se impõe no n.º 4 da Cláusula 9.ª, as circunstâncias que consubstanciaram casos de força maior foram prontamente comunicas ao Município de Braga pelos artistas envolvidos, segundo indicado pela requerente;
- e) Ao abrigo do n.º 5, desta mesma Cláusula, *a força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;*
- f) Ora, confirmado que foi pela Divisão de Cultura, por motivos de força maior dos artistas envolvidos, a Segunda Outorgante não realizou dois dos concertos a que se tinha comprometido no Plano de Atividades (4 e 25 de outubro);
- g) Contudo, uma vez que pelo decurso do prazo de vigência, o Contrato se extinguiu, impõe-se, aqui, a necessidade de prorrogação de execução do presente Contrato, de modo a acautelar o cumprimento das obrigações contratuais pela Segunda Outorgante;
- h) A prorrogação do Contrato de Dinamização Cultural, tendo em vista o alargamento do prazo de execução contratual, traduz-se numa modificação objetiva contratual, importando, por isso, atender ao previsto nos artigos 311.º, 312.º e 313.º do Código dos Contratos Públicos (CCP):

Artigo 311.º

Fonte

1 - O contrato pode ser modificado por:

- a) *Acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;*



b) Decisão judicial ou arbitral, exceto nos casos em que a modificação interfira com o resultado do exercício da margem de livre decisão administrativa subjacente ao mesmo ou implique a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa;

c) Ato administrativo do contraente público, nos casos previstos na alínea c) do artigo seguinte.

2 - (Revogado.)

Artigo 312.º **Fundamentos**

A modificação do contrato pode ter como fundamento:

a) Cláusulas contratuais que indiquem de forma clara, precisa e inequívoca o âmbito e a natureza das eventuais modificações, bem como as condições em que podem ser aplicadas;

b) A alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;

c) Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

Artigo 313.º **Límites**

1 - A modificação não pode nunca traduzir-se na alteração da natureza global do contrato, considerando as prestações principais que constituem o seu objeto.

2 - A modificação fundada em razões de interesse público não pode ter lugar quando implicar uma modificação substancial do contrato ou configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência, designadamente por:

a) Introduzir alterações que, se inicialmente previstas no caderno de encargos, teriam ocasionado no procedimento pré-contratual, de forma objetivamente demonstrável, a alteração da qualificação dos candidatos, a alteração da ordenação das propostas avaliadas, a não exclusão ou a apresentação de outras candidaturas ou propostas;

b) Alterar o equilíbrio económico do contrato a favor do cocontratante de modo a que este seja colocado numa situação mais favorável do que a resultante do equilíbrio inicialmente estabelecido;

c) Alargar consideravelmente o âmbito do contrato.

3 - Os limites previstos no número anterior não se aplicam a:

a) Modificações de valor inferior aos limiares referidos nos n.os 2, 3 ou 4 do artigo 474.º, consoante o caso, e inferior a 10 /prct. ou, em contratos de empreitada de obras públicas, a 15 /prct. do preço contratual inicial;

b) Modificações que decorram de circunstâncias que uma entidade adjudicante diligente não pudesse ter previsto, desde que a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo as justifique, e desde que o seu valor não ultrapasse 50 /prct. do preço contratual inicial.

4 - Em caso de modificações sucessivas, o valor a considerar para efeitos do número anterior é, no caso da alínea a), o do acumulado das modificações e, no caso da alínea b), o de cada modificação.

5 - O disposto no presente artigo não prejudica, em relação às modificações que tenham por objeto a realização de prestações complementares, o regime especial do artigo 370.º



6 - As modificações que não respeitem os limites estabelecidos no presente Código determinam a adoção de um novo procedimento de formação de contrato, caso a entidade adjudicante mantenha a decisão de contratar.

- i) Ademais, o Código Regulamentar do Município de Braga, no que concerne à revisão dos contratos celebrados no âmbito da atribuição de apoios municipais, estipula no artigo F-1/16.º que: *“O contrato pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, quando se mostre estritamente necessário ou, unilateralmente, pelo Município em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.”*
- j) Nestes termos, considerando, ainda, o informado pela Divisão de Cultura:
- “O objeto do contrato consiste na conceção, coordenação e execução de um programa artístico, cuja natureza exige continuidade temporal, coerência ao nível da curadoria e estabilidade da equipa artística e técnica, tais fatores são determinantes para garantir a qualidade da execução e para a prossecução do interesse público.*
- [...] se revela necessária, adequada e proporcional, designadamente porque:*
- a) *A interrupção do contrato no prazo inicialmente previsto, conforme o estipulado na Cláusula 12.ª, que determina a sua vigência até 31 de dezembro de 2025, comprometeria a execução integral e articulada do programa artístico;*
- b) *As referidas circunstâncias não podiam ser previstas à data da celebração do contrato, e que tornam a execução onerosa ou impossível dentro do prazo original;*
- c) *Tendo em consideração a justificação reiterada pela entidade, nomeadamente para cumprimentos dos princípios inerentes à preservação da qualidade artística e o cumprimento integral dos objetivos definidos no projeto artístico;*
- d) *A entidade declara que a alteração proposta não implica qualquer aumento do apoio financeiro atribuído, nem modificação do conteúdo artístico aprovado, mantendo-se inalteradas as restantes condições contratuais;*
- e) *Permite assegurar uma conclusão plena das atividades culturais previstas, garantindo a realização das iniciativas artísticas planeadas, em condições de qualidade e segurança, sem prejuízo para o interesse público.*
- f) *A continuidade do programa artístico corresponde a um interesse público relevante, na medida em que contribui para o acesso à cultura, para a valorização da criação artística e para a dinamização cultural do território, objetivos que se enquadram nas atribuições legais do município.*
- g) *A necessidade de prorrogação decorre de circunstâncias objetivas e devidamente fundamentadas, não é imputável a deficiente planeamento do Município, e enquadra-se nos mecanismos legalmente admissíveis de modificação objetiva do contrato previstos no Código Contratos Públicos (CCP).”*



III. CONCLUSÃO

Assim, s.m.o., somos do entendimento que:

- ***In casu*, ao abrigo da alínea c), do artigo 312.º do CCP, é notório o interesse público no cumprimento integral do presente Contrato de Dinamização Cultural pela Segunda Outorgante (Suonart - Associação Cultural), o que justifica a modificação contratual pretendida, isto é, a prorrogação do prazo de execução do contrato;**
- **A presente modificação contratual, s.m.o., não altera a natureza global do contrato (o seu objeto, natureza ou equilíbrio económico-financeiro), considerando as prestações principais que constituem o seu objeto - Cfr. artigo 313.º, n.º 1 do CCP;**
- **Por conseguinte, nos termos e para efeitos dos artigos 311.º a 315.º do CCP, e conforme previamente proposto pela Divisão de Cultura, afigura-se-nos que será de conceder a prorrogação do prazo de execução do presente Contrato de Dinamização Cultural até 31 de março de 2026;**
- **Sem prejuízo do exposto, ao abrigo do artigo F-1/16.º do Código Regulamentar do Município de Braga, sempre se dirá que a Divisão de Cultura deverá remeter a proposta de aditamento ao respetivo Contrato de Dinamização Cultural a prévia aprovação do Executivo Municipal.**

Este é, s.m.o., o parecer que se oferece.

Técnico(a) Jurista

